

Editorial

Revista EM PAUTA

jan/abr 2023 – n. 51, v. 21

Crise, desigualdades sociais e luta de classes: projetos para o Brasil na cena contemporânea

Monica de Jesus Cesar* e Ney Luiz Teixeira de Almeida**

A edição n. 51 da *Revista Em Pauta*: teoria social e realidade contemporânea tem como dossiê temático *Serviço Social e projetos para o Brasil*, cujo objetivo foi o de incentivar a produção de artigos científicos e promover a divulgação de pesquisas e estudos relevantes para pensar os grandes desafios econômicos, políticos e sociais presentes na realidade brasileira. Desafios postos pelo aprofundamento das desigualdades sociais, aumento da concentração de renda, agravamento da pobreza e da extrema pobreza, derivados de mais um estágio da contrarrevolução preventiva, que particulariza a luta de classes no país. As manobras golpistas das classes dominantes, apoiadas em históricos arranjos entre os setores empresarial-militar e as forças políticas que representam o que há de mais arcaico no capitalismo brasileiro, em sua forma periférica e dependente, consolidam uma cultura política na gestão das crises, que restringe e faz regredir conquistas importantes no campo democrático, dos direitos sociais e humanos, assim como na dimensão estratégica assumida pelas políticas públicas.

Apesar da crise atual ter sido correlacionada à pandemia de *Coronavirus Disease* (Covid-19), principalmente pela mídia e por autoridades, políticos e intelectuais, a rigor, é a crise do capital preexistente que foi aprofundada nestes últimos anos, assim como, o neoliberalismo, adotado como política econômica, estrutura jurídico-política e ideológica, tomada como

* Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Rio de Janeiro, R.J., Brasil. E-mail: mojcesar@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3395-5087>.

** Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: neylta@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2865-7330>.

DOI: 10.12957/rep.2023.72460



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

alternativa de superação das recessões generalizadas da economia capitalista desde os anos 1970/1980. Nessa perspectiva, a pandemia agudizou a atual crise do capitalismo em escala mundial, tendo em vista a permanência dos fundamentos do colapso de 2007-2008, a persistência do neoliberalismo e de sua defesa dos interesses do capital financeiro e, sobretudo, o aprofundamento das desigualdades sociais na geopolítica capitalista, a despeito dos vultuosos investimentos para o controle da disseminação da Covid-19 (MARQUES, 2021, p. 14).

As medidas neoliberais avançaram ainda mais contra regulamentações e controles à voracidade do capital, que haviam sido estabelecidos como fruto das lutas dos trabalhadores e trabalhadoras. Esse movimento foi acompanhado da proposição e, em alguns casos, efetivação de uma série de contrarreformas (administrativa, previdenciária, trabalhista, ensino médio e tributária) concomitantes ao desenvolvimento acelerado de modalidades de investimento e especulação, que conduziram à dominância do capital sob as formas fictícias de financeirização. A contrarreforma do Estado, em particular, reconfigurou as relações público-privado e modificou as formas de intervenção do Estado, com a privatização de suas funções, em prol de um suposto Estado mínimo. Nas últimas décadas, a intervenção estatal passou a ser demonizada pelos ultraneoliberais, principalmente no que se refere às ações sociais voltadas para “os de baixo”, porém continua servindo como instrumento de dominação burguesa, favorecendo “os de cima”. Assim, as ações do Estado acabam, em última instância, atendendo aos interesses do capital, em suas funções de acumulação e legitimação.

O Estado, no desenvolvimento de diferentes formas de enfrentamento das expressões da questão social, atua sobre as relações capital-trabalho com alterações nas formas jurídicas que regulamentam essas relações em função das necessidades do capital, mas que são apresentadas no discurso dominante como uma necessidade e, até mesmo, como uma suposta vantagem para a própria força de trabalho, escamoteando o aprofundamento das desigualdades sociais. Entretanto, a crise do capital incidiu diretamente sobre o emprego da força de trabalho, com o crescimento acelerado da massa de desempregados, engrossando o exército industrial de reserva ou a superpopulação relativa e aumentando em todo o mundo o contingente de trabalhadores supérfluos à dinâmica capitalista. Houve a intensificação da precarização do trabalho, com a expansão de formas de trabalho supostamente “autônomas”, como no fenômeno da uberização, onde os trabalhadores são acionados para a prestação de serviços via plataformas digitais, geridas por megaempresas tecnologicamente avançadas que, ao contrário do ideário empresarial, submetem os “parceiros” à intensa exploração do trabalho, transferindo para eles os custos das operações (FILGUEIRAS; ANTUNES, 2020). Os impactos da crise sobre o emprego da força de trabalho se somam ao conjunto de determinações que fizeram eclodir e desnudar o acirramento das desigualdades durante a pandemia.

O processo de aprofundamento das desigualdades em diferentes dimensões da vida social foi brutalmente acelerado e despidido pela crise sanitária da Covid-19. O relatório da *Oxford Committee for Famine Relief* (OXFAM) aponta que “a pequena elite mundial de 2.755 bilionários viu sua fortuna crescer mais durante a pandemia de Covid-19 do que nos últimos quatorze anos, quatorze anos que foram de bonança para o patrimônio bilionário” (2022, p. 10). Além disso, o relatório da OXFAM mostra que “a desigualdade mata” pois, em razão da Covid-19, a riqueza dos dez homens mais ricos do mundo dobrou, enquanto a renda de 99% da humanidade decaiu e a desigualdade contribui para a morte de pelo menos uma pessoa a cada quatro segundos. Desde 1995, os 1% mais ricos tiveram quase 20 vezes mais da riqueza global do que os 50% mais pobres da humanidade. Hoje, “estima-se que mais de 163 milhões de pessoas vivem na pobreza com menos de US\$ 5,50 por dia”. (2022, p. 22).

No Brasil, as desigualdades crescem vertiginosamente, para além de seu caráter de classe, adensando suas dimensões regionais, de gênero e raça. O relatório *“Pobreza e Equidade no Brasil: mirando o futuro após duas crises”*, elaborado pelo Banco Mundial, indica que a deterioração do mercado de trabalho diminuiu a renda domiciliar do trabalho, atingindo sobretudo as frações da classe trabalhadora mais empobrecidas. Em maio de 2020, a renda familiar per capita dos 40% mais pobres era de apenas 65% do habitual, enquanto para os 60% mais ricos, essa proporção era de 88%. As diferenças permaneceram em outubro de 2020, com os 40% mais pobres ainda recebendo alguém de sua renda “habitual em mais de 10%, enquanto a renda voltou quase ao normal para os 60% mais ricos”. (BANCO MUNDIAL, 2022, p. 4).

Além da ampliação do desemprego, a pandemia aumentou a precariedade do emprego com maior informalidade e por conta própria, além de impor menor jornada média de trabalho para aqueles que permaneceram empregados. Muitos indivíduos trabalham em empregos precários, não possuem uma fonte de rendimentos segura, e se tornam dependentes de transferências de renda. Cerca de 44,6% dos domicílios pesquisados relataram menor renda domiciliar total em comparação ao período anterior à pandemia e 38,7% dos domicílios declararam que não conseguiam atender às suas necessidades básicas, tornando evidente a necessidade de suporte às famílias por parte do Estado, diante da constrição do mercado de trabalho.

O relatório indica também que a participação das mulheres na força de trabalho diminuiu significativamente mais do que para os homens, em grande parte devido aos papéis sociais tradicionais de gênero que aumentaram o trabalho doméstico não remunerado e os encargos educacionais infantis durante a suspensão do ensino presencial nas escolas. Além disso, pelo fato de as mulheres ocuparem mais empregos informais do que os homens, a perda de renda entre elas foi maior durante a pandemia, gerando aumento do isolamento e maior exposição à violência doméstica. Segundo

a OXFAM BRASIL (2022), uma em cada quatro mulheres brasileiras foi vítima de violência durante a pandemia.

Entre os jovens de baixa escolaridade, os afro-brasileiros e os residentes nas regiões Norte e Nordeste tiveram maior probabilidade de perder seus empregos na pandemia. Portanto, as disparidades na população brasileira se agravaram, pois quase três em cada dez pessoas em situação de pobreza são mulheres afro-brasileiras que vivem em áreas urbanas, enquanto três quartos de todas as crianças que vivem em áreas rurais são pobres. Cerca de 20% dos brasileiros são cronicamente pobres e não só enfrentam privações de ordem monetária como também de ordem não monetária, pois “a privação de ao menos um serviço básico – como o acesso à água potável, eletricidade adequada, saneamento e condições para cozinhar – afeta 37 por cento dos domicílios cronicamente pobres, em comparação a 15 por cento dos domicílios brasileiros em geral”. (BANCO MUNDIAL, 2022, p. 11).

Somam-se a isso as altas taxas de pobreza entre os povos indígenas e quilombolas, estimadas em 96% e 91%, respectivamente, além de outras privações, pois cerca de um terço da população indígena e 8% dos quilombolas não têm acesso à eletricidade e 51% das famílias indígenas e 42% das famílias quilombolas não têm abastecimento de água. E, ainda, “42% e 49% por cento dos chefes de família indígenas e quilombolas no CadÚnico, respectivamente, não concluíram o ensino fundamental”. (BANCO MUNDIAL, 2022, p. 10).

De acordo com a OXFAM BRASIL (2022), a insegurança alimentar tem se agravado no país, e a fome está assolando cada vez mais a população brasileira. Segundo dados do novo Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19, no Brasil, apenas 4 entre 10 famílias conseguem acesso pleno à alimentação. Estão passando fome 33,1 milhões de brasileiros, sendo que mais da metade da população do país – 125,2 milhões de pessoas – vive com algum grau de insegurança alimentar.

Esses indicadores demonstram um grande retrocesso social durante a pandemia e evidenciam que uma parcela crescente da população mundial está sendo alijada não somente da participação no mercado de trabalho, mas das condições imprescindíveis à reprodução social. Para o capital, nas condições atuais da acumulação, essa parcela da população se converte em um refúgio que deve ser expurgado, tal como propagado na ideologia da supremacia branca e nos discursos e práticas fascistas, em crescente ascensão, constituindo a base das narrativas em defesa da economia e não da vida, que sustentou as ações governamentais da necropolítica.

O aprofundamento da crise e os impactos nefastos do desenvolvimento capitalista escancararam as ameaças à sobrevivência futura da humanidade, como mostram as mudanças climáticas nas últimas décadas. Em abril de 2022, o Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC, 2022) apresentou relatório defendendo a necessidade de cortes céleres, pro-

fundos e imediatos nas emissões de dióxido de carbono (CO₂) para limitar o aquecimento global e evitar os piores impactos no planeta já a partir de 2025, com sérios rebatimentos sobre a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades. No Brasil, a pesquisa realizada pelo Instituto Pólis (2022), em três capitais de diferentes regiões brasileiras, evidencia os efeitos da crise climática sobre pessoas pobres e negras, que são as mais atingidas por eventos climáticos extremos, como alagamentos, inundações e deslizamentos de terra, configurando a injustiça socioambiental e o racismo ambiental nas cidades.

Deste conjunto de desigualdades, decorrem as lutas e resistências de movimentos sociais e populares, coalisões de forças, militantes e ativistas, que buscam combater as iniquidades do capital, recolocando na ordem do dia a necessidade de estabelecer novas formas de compreensão da sociedade e de antever alternativas para além do atual modo capitalista de produção. E, muito embora o Estado atue no sentido de atender às necessidades da acumulação capitalista, em distintas formações sócio-históricas, sua intervenção expressa justamente o desenrolar da luta de classes, sofrendo a oposição e confrontação das classes subalternas aos projetos de dominação burguesa, aos quais lhes oferece suporte e sustentação.

E o Serviço Social não está de fora dessa dinâmica contraditória de luta e confronto entre as classes. O Serviço Social, como profissão e polo produtor de conhecimento sobre a realidade brasileira, tem atuado de forma incansável tanto na denúncia quanto no desvelamento de como o neoliberalismo e, atualmente, o ultraneoliberalismo, amalgamado com o neoconservadorismo e o neofascismo, reatualizam uma estrutura de dominação autocrática. A atuação das entidades da categoria em articulação aos movimentos sociais e sindicais em defesa das políticas públicas, dos direitos sociais e humanos, assim como os principais programas de formação no âmbito da graduação e da pós-graduação, têm se debruçado sobre essa realidade, onde o futuro do país ainda desponta como uma incógnita.

No Serviço Social, os enfoques se concentram na compreensão das expressões contemporâneas da questão social em sua relação com as transformações operadas no mundo do trabalho e seus rebatimentos no trabalho profissional, nas respostas e reconfiguração do Estado, nos projetos de desenvolvimento em disputa, na dinâmica de organização e formas de consciência das frações de classes e dos sujeitos sociais. Soma-se a isso, o rico e complexo debate sobre as políticas públicas, a expropriação dos direitos sociais e do fundo público, aprofundado pelo diálogo com a teoria do valor.

Com a atenção voltada para as transformações processadas no presente, essa edição da Revista Em Pauta, portanto, acolheu produções teóricas resultantes desses esforços institucionais e profissionais e, sobretudo, alicerçadas politicamente na força da crítica produzida no Serviço Social e áreas afins, como estratégia intelectual e coletiva de reflexão sobre os projetos de futuro para o Brasil. O edital para captação dos artigos, sua elaboração pelos autores e a realização das entrevistas transcorreu, ao longo de todo o

segundo semestre de 2022, concomitantemente ao processo eleitoral para governadores, deputados estaduais e federais e, sobretudo, para a Presidência da República. A acirrada e histórica disputa presidencial mobilizou diferentes forças sociais e sujeitos políticos que junto à militância, mais do que necessária, se comprometeram em colaborar com essa edição em um contexto de extrema efervescência política.

Cabe ressaltar que, ao escrevermos este texto, em janeiro de 2023, já temos um novo presidente democraticamente eleito, que tomou posse com o compromisso de desenvolver um projeto de reconstrução para o país, com base numa frente ampla de articulação política. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva enfatizou, em seu discurso de posse e como mensagem de esperança, que envidará esforços para reerguer o “grande edifício de direitos, de soberania e de desenvolvimento que esta Nação levantou, a partir de 1988” e que, “vinha sendo sistematicamente demolido nos anos recentes” (PT, 2023). Esperamos que, de fato, seu mandato faça valer os poderes democráticos conferidos pela Constituição Federal e os direitos da população brasileira.

Nesta perspectiva de mudanças vindouras, a edição 51 brinda seus leitores com um conjunto de artigos instigantes e com temáticas candentes que sobrelevam uma série de questionamentos e reflexões sobre a crise capitalista, as lutas sociais, e o Serviço Social em meio a um contexto de muitas inquietações e expectativas para o país.

O dossiê temático está estruturado em três blocos. O primeiro se concentra na discussão da crise mundial e brasileira frente às lutas sociais e as consequências da pandemia de *Coronavirus Disease* (Covid-19). O segundo enfoca o Serviço Social no que se refere ao trabalho e projeto ético-político profissional (PEP) em articulação com os movimentos sociais. O último bloco apresenta um conjunto de artigos que põem em relevo propostas para o Brasil, considerando suas particularidades sócio-históricas e o protagonismo dos movimentos sindicais, sociais, populares e suas lutas.

O primeiro bloco é aberto pelo provocador artigo de Elaine Rossetti Behring, que analisa as tendências de crise e decadência do mundo capitalista em curso, especialmente a partir de 2008, considerando as inflexões da pandemia e seus desdobramentos recentes, bem como os rebatimentos desses processos na construção de projetos para o Brasil, após os resultados das eleições de 2022. O segundo artigo, de Cristiane Dias e Vanderlei Martini, desenvolve uma reflexão teórico-crítica sobre o processo de constituição do Estado burguês capitalista e seu desenvolvimento no Brasil. Os autores situam as mudanças ocorridas no Estado burguês contemporâneo frente às lutas sociais, bem como suas implicações para a consolidação da democracia no país, até o golpe de 2016.

O segundo bloco tem início com o artigo de Marcela Mary José da Silva que traz ricas reflexões sobre o Projeto Ético-Político do Serviço Social frente às demandas trazidas pela pandemia. Discute as “epidemias e as ende-

mias” existentes no cenário brasileiro e como estas se apresentam ao trabalho profissional, colocando limites e desafios. Também com enfoque no Serviço Social, o artigo de Rafael Gonçalves dos Santos e Maria Cristina Piana apresenta um breve estudo bibliográfico, com o objetivo de estimular o debate e a produção de conhecimento sobre o trabalho profissional e sua relação com a dimensão educativa, com vistas à construção de uma nova sociabilidade frente aos desafios postos pela pandemia de Covid-19.

O artigo de Maria Clariça Ribeiro Guimarães problematiza processos e desafios para a construção de relações do Serviço Social com os movimentos sociais e suas lutas, frente às demandas de mobilização e organização dos usuários. Assinala que, atualmente, é premente o fortalecimento dos movimentos classistas e anticapitalistas, aos quais o Serviço Social deve se articular, tendo em vista o projeto ético-político profissional. O último artigo deste bloco, de autoria de Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves, expõe a experiência do Grupo Interdisciplinar de Estudos e Desenvolvimento de Tecnologias Sociais na Amazônia (Grupo Inter-Ação). A partir desta experiência, indica elementos fundamentais para a formação acadêmica e profissional de assistentes sociais e a elaboração de projetos capazes de articular ações de cidadania ao protagonismo social dos povos da Amazônia na defesa dos ecossistemas em seus territórios.

O terceiro bloco do dossiê apresenta o incitante artigo de Vitor Filgueiras, que busca demonstrar como as perspectivas para o trabalho no Brasil dependem da forma como as forças do trabalho assumirão (ou não) as narrativas empresariais sobre políticas públicas, considerando as experiências já vividas no país. A seguir, o ensaio de Aercio Barbosa de Oliveira aborda a experiência de mobilização social com moradores e moradoras do Morro da Providência, frente à execução do projeto de urbanização denominado “Porto Maravilha” da Prefeitura do Rio de Janeiro. O autor usa este projeto como alegoria para problematizar a ausência de análises e de propostas para o Brasil, que levem em conta seus traços socioculturais e socioeconômicos, ressaltando a importância de clássicos do pensamento social brasileiro.

Dando enfoque à apropriação da internet pelos movimentos sociais, o artigo de Solange Engelmann analisa as representações colocadas em circulação no espaço público, por meio do site do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) sobre a “Solidariedade Sem Terra”, que envolveu a doação e produção de alimentos, durante a pandemia da Covid-19, em 2020, criando sentidos sobre a importância da reforma agrária e do MST no Brasil e seu papel no combate à fome. Neste diapasão, José Arnaldo Gama da Silva discorre, em seu artigo, sobre a criação e desenvolvimento do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) no Brasil, em 2005, debatendo as possibilidades de organização de setores da classe trabalhadora em situação de rua.

O artigo de José Alberto Simonetti e Lourival Ferreira de Carvalho Neto analisa o acesso à Justiça, a cidadania, os direitos humanos e a democracia, a partir da atuação da advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) que, ao longo de 92 anos de existência, atuou em momentos centrais na história brasileira, em especial pelo direito de defesa. Encerrando o Dossiê temático, o artigo de Cristina Bettio Bragagnolo e Giovane Antonio Scherer, aponta as repercussões negativas do neoliberalismo para as juventudes no país e suas trajetórias de vida, considerando as dimensões de classe e raça, tornando premente a elaboração de propostas e o direcionamento de políticas públicas capazes de responder às demandas juvenis e edificar o futuro do Brasil.

Abrindo a Sessão Tema Livre, o artigo de Manuel W. Mallardi, Emiliano Fernández e Florencia Bailes aborda a trajetória da política nacional de assistência social na Argentina recente, particularmente durante o período 2009-2019, em que se sucederam as presidências de Cristina Fernández de Kirchner e Mauricio Macri. Em seguida, tendo por referência um trabalho de campo realizado através de observação direta da atuação de profissionais que intervêm sobre a vida na rua, e de contatos com indivíduos sem-abrigo, o artigo de João Aldeia problematiza o objetivo de autonomização desses indivíduos em Portugal, destacando que seu alcance não se dará a partir de práticas de injeção à atividade tutelada por profissionais. Por último, o artigo de Maria Helena de Jesus Bernardo analisa criticamente a estruturação do campo geriátrico/gerontológico, examinando os conceitos de envelhecimento ativo e funcionalidade, demarcando, em particular, o alinhamento de tais termos aos movimentos da prevenção e promoção da saúde.

Esta edição também foi brindada com duas enobrecedoras entrevistas. A primeira foi concedida à Ana Inês Simões Cardoso de Melo e Monica de Jesus Cesar pelo Ex-Chanceler Celso Amorim que, generosamente, compartilhou sua experiência e conhecimento sobre relações internacionais. O Ex-Chanceler enfatizou que as alterações na atual posição do Brasil nessas relações dependeriam do resultado das eleições presidenciais de 2022 - já que estavam em disputa dois projetos diametralmente opostos. E, em meio à campanha eleitoral, Celso Amorim nos agradeceu com seu otimismo em relação a reconquista do protagonismo da política externa brasileira a partir de 2023.

A segunda entrevista, concedida à Ana Paula Procópio e Ney Luiz Teixeira de Almeida pela Professora Bia Abramides da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), traz para o leitor interessado na história do país e do Serviço Social um rico depoimento de vida, militância e acadêmico, que explora com vigor as fragilidades e conquistas de nossa ainda recente e flagrantemente ameaçada democracia.

A edição 51 traz também duas resenhas de obras de relevância e consistência teórico-analítica. A primeira resenha foi elaborada por Guilherme Moraes da Costa e versa sobre a obra intitulada *No olho do furacão: dilemas*

e *contradições das políticas sociais nos governos petistas (2003 a 2016)*, de autoria de Renata Cardoso, que sintetiza seu esforço intelectual em compreender as determinações do golpe desferido no governo de Dilma Rousseff. A segunda resenha, elaborada por Mariana Beltrão, apresenta a obra intitulada *La reconceptualización del trabajo social en Colombia: análisis histórico-crítico de las décadas 1960-1970*, de autoria de Sergio Quintero Londoño, que analisa a crise capitalista das décadas de 1960 e 1970, contextualizando “la reconceptualización” e, ao expor quatro experiências de escolas colombianas de Serviço Social (Bogotá, Cali, Manizales e Medellín), recupera as memórias de alguns de seus protagonistas.

Enobrecendo ainda mais esta edição, a Em Pauta, com a sensível colaboração das Professoras Marilda Villela Iamamoto e Rosângela Nair de Carvalho Barbosa, faz uma linda homenagem à Maria Carmelita Yazbek. A homenagem enaltece sua brilhante trajetória acadêmica e profissional e suas preciosas contribuições para o Serviço Social brasileiro, que a tornaram uma expoente intelectual e referência nacional e internacional no debate dos fundamentos do Serviço Social e das políticas sociais.

Por fim, apresentamos a Mostra fotográfica do Coletivo Fotoguerrilha, que se insere no movimento de mídia independente frente ao que se veicula hegemonicamente, a fim de adensar a visibilidade de vários coletivos no campo da comunicação alternativa. As imagens seletas de diferentes manifestações populares demonstram o uso da fotografia como forma de contrainformação e comunicação independente nas lutas por direitos.

Esperamos que essa edição da Em Pauta contribua para fortalecer as manifestações populares e alerte para a necessidade de manter em estado permanente as lutas e as múltiplas formas de resistência no Brasil e no mundo. E, para que possamos superar a pandemia do capital com suas expressões autocráticas, antidemocráticas e seus efeitos depredadores e destruidores sobre as populações e o planeta, é imprescindível, também, formular e construir projetos alternativos para o Brasil, agora e adiante.

Referências

BANCO MUNDIAL. *Relatório de pobreza e equidade no Brasil: mirando o futuro após duas crises*. Washington, 2022. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/37657/P17469105924ae05d0bf1d0da0d29438142.pdf?sequence=4&isAllowed=y>. Acesso em: 3 jan. 2023.

FILGUEIRAS, V. A.; ANTUNES, R. Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. *Revista Contracampo*, v. 39, p. 27, 2020.

INSTITUTO PÓLIS. Racismo ambiental e justiça socioambiental nas cidades. In: _____. *Estudos e pesquisas*. São Paulo: Instituto Pólis, 2022. Disponível em: <https://polis.org.br/estudos/racismo-ambiental/>. Acesso em: 3 jan. 2023.

IPCC. *Climate Change 2022: Impacts, adaptation and vulnerability*. Nairóbi/Quênia, 2022. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/sixth-assessment-report-working-group-ii/>. Acesso em: 3 jan. 2023.

MARQUES, R. M. et al. *Pandemias, crises e capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

OXFAM BRASIL. *II Inquérito de Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19* (II VIGISAN). São Paulo, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/>. Acesso em 3 jan. 2023.

OXFAM. *A desigualdade mata*. Reino Unido: OXFAM; Trad. versão brasileira: Korn Traduções, jan. 2022 [N. Ahmed; A. Marriott, N. Dabi; M. Lowthers; M. Lawson; L. Mugehera]. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/a-desigualdade-mata/>. Acesso em: 3 jan. 2023.

PT. *Íntegra do discurso lido pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Congresso Nacional*. Brasília, 2023. Disponível em: <https://pt.org.br/veja-o-discurso-de-posse-do-presidente-lula-no-congresso-nacional/>. Acesso em 3 jan. 2023.

Editorial

Revista EM PAUTA

Volume 21 – Issue 51 – First half of 2023

Crisis, social inequalities, and class struggle: projects for Brazil in the contemporary scene

Monica de Jesus Cesar* and Ney Luiz Teixeira de Almeida**

Issue no. 51 of the journal *Em Pauta: Social Theory and Contemporary Reality* has as its thematic dossier *Social work and projects for Brazil*, whose objective was to encourage the production of scientific articles and promote the dissemination of relevant research and studies to think about the great economic, political, and social challenges present in the Brazilian reality. Challenges posed by the deepening of social inequalities, increased income concentration, worsening poverty, and extreme poverty, derived from yet another stage of the preventive counterrevolution, which particularizes class struggles in the country. The pro-coup maneuvers of the ruling classes, supported by historic arrangements between the business-military sectors and the political forces that represent the most archaic in Brazilian capitalism, in its peripheral and dependent form, consolidate a political culture of crisis management, which restricts and sets back important achievements in the democratic field, of social and human rights, as well as in the strategic dimension assumed by public policies.

Although the current crisis has been correlated, mainly by the media and authorities such as politicians and intellectuals, to the coronavirus disease (COVID-19) pandemic, strictly speaking it is the crisis of preexisting capital that has been deepened in recent years. It is also the crisis of neoliberalism, adopted as economic policy and as legal-political and ideological structure,

* Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Rio de Janeiro, R.J., Brasil. E-mail: mojcesar@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3395-5087>.

** Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: neylta@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2865-7330>.

DOI: 10.12957/rep.2023.72460



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

which was taken as an alternative to overcome generalized recessions of the capitalist economy since the 1970s/1980s. In this perspective, the pandemic has exacerbated the current crisis of capitalism on a world scale, in view of the permanence of the foundations of the 2007-2008 collapse, the persistence of neoliberalism and its defense of the interests of financial capital, and above all the deepening of inequalities in capitalist geopolitics, despite the massive investments to control the spread of COVID-19 (Marques 2021, p. 14).

Neoliberal measures advanced even further to remove regulations and controls on the voracity of capital, which had been established as a result of workers' struggles. This movement was accompanied by the proposition and, in some cases, implementation of a series of counter-reforms (administrative, social security, labor, secondary education, and tax) along with the accelerated development of investment and speculation modalities, which led to the dominance of capital under the fictitious form of financialization. The state's counter-reform, in particular, reconfigured public-private relations and modified the forms of state intervention, with the privatization of its functions, in favor of a supposed minimal state. In recent decades, state intervention has been demonized by ultraneoliberals, especially with regard to social actions aimed at "those from below", but it continues to serve as an instrument of bourgeois domination, favoring "those from above". Thus, the actions of the state end up, ultimately, serving the interests of capital, in its functions of accumulation and legitimation.

The state, in developing different ways to face mobilization arising from social issues, acts on capital-labor relations with changes in the legal forms that regulate these relations favoring the needs of the capital, but which are presented in the dominant discourse as a necessity and, even as a supposed advantage for the workforce itself, concealing the deepening of social inequalities. However, the crisis of capital had a direct impact on the employment of the workforce, with the accelerated growth of the mass of unemployed, swelling the industrial reserve army or the relative superpopulation and increasing the number of workers superfluous to the capitalist dynamics all over the world. There was an intensification of the precariousness of labor, with the expansion of supposedly "autonomous" forms of work, as in the phenomenon of uberization, where workers are called upon to provide services via digital platforms, managed by technologically advanced megacorporations that, contrary to business ideals, subject "partners" to intense labor exploitation, transferring the costs of operations to them (FILGUEIRAS; ANTUNES, 2020). The impact of the crisis on the employment of the workforce are added to the set of determinations that caused and exposed the intensification of inequalities during the pandemic.

The process of deepening inequalities in different dimensions of social life was brutally accelerated and unveiled by the COVID-19 health crisis. A report by the Oxford Committee for Famine Relief (Oxfam) points out that "the world's small elite of 2,755 billionaires has seen its fortunes

grow more during COVID-19 than they have in the whole of the last fourteen years – fourteen years that themselves were a bonanza for billionaire wealth” (2022, p. 10). In addition, the Oxfam report shows that “inequality kills” because, due to COVID-19, the wealth of the ten richest men in the world has doubled, while the income of 99% of humanity has declined and inequality contributes to the death of at least one person every four seconds. Since 1995, the richest 1% have owned nearly 20 times more global wealth than the poorest 50% of humanity. Today, “there are now 163 million more people projected to be living in poverty on less than \$5.50 a day.” (2022, p. 22).

In Brazil, inequalities grow vertiginously, beyond its class character, deepening its regional, gender, and racial dimensions. The report “Brazil Poverty and Equity Assessment – Looking ahead of two crises”, prepared by the World Bank, indicates that the deterioration of the labor market has reduced household labor income, affecting mainly the most impoverished layers of the working class. In May 2020, the household income per capita of the poorest 40% was only 65% of the usual, while for the richest 60%, this proportion was 88%. Differences remained in October 2020, with the poorest 40% still earning short of their “usual labor income by more than 10 percent, while income returned to near normal for the top 60 percent” (World Bank, 2022, p. 4).

In addition to increasing unemployment, the pandemic has increased the precariousness of more informal and self-employed jobs, in addition to imposing a shorter average working day for those who remain employed. Many individuals work in precarious jobs, do not have a guaranteed source of income, and become dependent on cash transfers policies. About 44.6% of the households surveyed reported lower total household income compared to the period prior to the pandemic and 38.7% of households declared that they were unable to meet their basic needs, making the need for support by the state for families evident, given the constriction of the labor market.

The report also indicates that women’s participation in the workforce has declined significantly more than for men, largely due to traditional social gender roles that have increased unpaid housework and children’s educational burdens during the suspension of face-to-face teaching at schools. In addition, because women occupy more informal jobs than men, the loss of income among them was greater during the pandemic, generating increased isolation and greater exposure to domestic violence. According to Oxfam Brazil (2022), one in four Brazilian women was a victim of violence during the pandemic.

Among young people with low education, Afro-Brazilians and residents of the Brazilian North and Northeast were more likely to lose their jobs in the pandemic. Therefore, disparities in the Brazilian population have worsened, as nearly three out of every ten people living in poverty are Afro-Brazilian women living in urban areas, while three-quarters of all children living in rural areas are poor. About 20% of Brazilians are chronically poor and face

not only monetary but also non-monetary deprivation, as “Deprivation of at least one basic service – such as having potable water to drink, adequate electricity, sanitation and cooking conditions – affects 37 percent of chronically poor households compared to 15 percent of overall Brazilian households” (World Bank, 2022, p. 11).

Added to this are the high rates of poverty among indigenous peoples and quilombolas, estimated at 96% and 91%, respectively, in addition to other deprivations, since about a third of the indigenous population and 8% of quilombolas do not have access to electricity, and 51% of indigenous families and 42% of quilombola families do not have access to a water supply. And yet, “42 percent and 49 percent of [indigenous people] and quilombola household heads in [the federal government’s cash transfer program] CadUnico families, respectively, have not completed primary education” (World Bank, 2022, p. 10).

According to Oxfam Brazil (2022), food insecurity has worsened in the country, and hunger is increasingly plaguing the Brazilian population. According to data from the new National Survey on Food Insecurity in the Context of the COVID-19 Pandemic, in Brazil, only 4 out of 10 families have full access to food, and 33.1 million Brazilians are starving, with more than half of the country’s population – 125.2 million people – living with some degree of food insecurity.

These indicators demonstrate a major social setback during the pandemic and show that a growing portion of the world’s population is being excluded not only from participation in the labor market, but from the essential conditions for social reproduction. For capital, in the current conditions of accumulation, this portion of the population becomes a refuse that must be purged, as propagated in the ideology of white supremacy and in fascist discourses and practices currently on the rise, constituting the basis of narratives in defense of the economy and not of life, which supported governmental necropolitics.

The deepening of the crisis and the disastrous impacts of capitalist development have only increased the threats to the future survival of humanity, as shown by climate change in recent decades. In April 2022, the Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC, 2022) presented a report defending the need for fast, deep, and immediate cuts in carbon dioxide emissions to limit global warming and avoid the worst impacts on the planet as of 2025, with serious repercussions on the eradication of poverty and the reduction of inequalities. In Brazil, research carried out by Instituto Pólis (2022) in three capitals of different regions shows the effects of the climate crisis on poor and black people, who are the most affected by extreme weather events, such as floods and landslides, constituting socio-environmental injustice and environmental racism in cities.

From this scenario of inequalities arise the struggles and resistance of social and popular movements, coalitions of forces, militants, and activists, who seek to combat the iniquities of capital, putting back on the agenda the need to establish new ways of understanding society and to foresee alternatives

beyond the current capitalist mode of production. And even though the state acts to meet the needs of capitalist accumulation, in different socio-historical formations, its intervention expresses precisely the course of the class struggle, suffering opposition and confrontation from classes subordinate to projects of bourgeois domination, to which it offers support and sustenance.

And social work is not out of this contradictory dynamic of struggle and confrontation between classes. Social work, as a profession and as an area producing knowledge about the reality in Brazil, has worked tirelessly both in denouncing and revealing how neoliberalism and, currently, ultraneoliberalism, allied to neoconservatism and neofascism, have been reupdating a structure of autocratic domination. The performance of entities in the category in articulation with social and union movements in defense of public policies, of social and human rights, as well as the main training programs within the scope of undergraduate and postgraduate courses, have focused on this reality, where the future of the country still appears as an unknown.

In social work, the focus is on understanding contemporary expressions of the social issue in relation to the transformations that have taken place in the world of labor and their impact on professional work, on the responses and reconfiguration of the state, on disputed development projects, on the dynamics of organization and forms of consciousness of class layers and social subjects. Added to this, the rich and complex debate on public policies, the expropriation of social rights and public funds, deepened by the dialogue with the theory of value.

With the attention focused on transformations processed in the present, this issue of the journal *Em Pauta*, therefore, welcomed theoretical productions resulting from these institutional and professional efforts and, above all, politically based on the strength of the criticism produced in social work and related areas, as an intellectual strategy and collective reflection on future projects for Brazil. The public notice for capturing the articles, their production by the authors and the interviews took place throughout the second half of 2022, concurrently with the electoral process for governors, state and federal representatives, and, above all, for the Presidency of the Republic. The fierce and historic presidential dispute mobilized different social forces and political subjects who, together with indispensable militancy, committed themselves to collaborating with this edition in a context of extreme political effervescence.

It should be noted that, when writing this text, in January 2023, we already have a new democratically elected president, who took office while committing to the development of a reconstruction project for the country, based on a broad front of political articulation. President Luiz Inácio Lula da Silva emphasized in his inauguration speech a message of hope, that he will make efforts to rebuild the “great edifice of rights, sovereignty and development that this Nation has built since 1988” and that, “it had been systematically demolished in recent years” (PT, 2023). We hope that, in fact, his term enforces

the democratic powers conferred by the Federal Constitution and the rights of the Brazilian population.

In this perspective of coming changes, issue 51 offers its readers a set of thought-provoking articles with burning themes that raise a series of questions and reflections on the capitalist crisis, social struggles, and social work in the midst of a context of many concerns and expectations for the country.

The thematic dossier is structured in three groups. The first focuses on the discussion of the global and Brazilian crisis in the face of social struggles and the consequences of the coronavirus disease (COVID-19) pandemic. The second focuses on social work in terms of work and the ethical-political professional project (PEP) in conjunction with social movements. The last group presents a set of articles that highlight proposals for Brazil, considering its socio-historical particularities and the protagonism of trade union movements, social movements, and popular movements, and their struggles.

The first group is opened by the provocative article by Elaine Rossetti Behring, which analyzes the current trends of crisis and decay in the capitalist world, especially since 2008, considering the inflections of the pandemic and its recent consequences, as well as the repercussions of these processes on the construction of projects for Brazil, after the results of the 2022 elections. The second article, by Cristiane Dias and Vanderlei Martini, develops a theoretical-critical reflection on the process of constitution of the capitalist bourgeois state and its development in Brazil. The authors situate the changes that occurred in the contemporary bourgeois state in the face of social struggles, as well as their implications for the consolidation of democracy in the country, until the 2016 coup.

The second group begins with the article by Marcela Mary José da Silva, which brings rich reflections on the ethical-political project of social work in the face of the demands brought about by the pandemic. It discusses the “epidemics and endemics” that exist in the Brazilian scenario and how they present themselves to professional work, posing limits and challenges. Also focusing on social work, the article by Rafael Gonçalves dos Santos and Maria Cristina Piana presents a brief bibliographical study, with the aim of stimulating debate and the production of knowledge about professional work and its relationship with the educational aspect, with a view to the construction of a new sociability in face of the challenges posed by the COVID-19 pandemic.

Maria Clariça Ribeiro Guimarães’s article problematizes processes and challenges for building relationships between social work and social movements and their struggles, in face of the users’ mobilization and organization demands. It points out that, currently, it is urgent to strengthen classist and anti-capitalist movements, to which social work must be articulated, in view of the ethical-political professional project. The last article in this group, by Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves, exposes the experience of the Interdisciplinary Group for Studies and Development of Social Technologies in the Amazon (Grupo Inter-Ação). From this experience,

it indicates fundamental elements for the academic and professional training of social workers and the elaboration of projects capable of articulating civil rights actions with the social protagonism of the peoples of the Amazon in the defense of the ecosystems in their territories.

The third group of the dossier presents the inciting article by Vitor Filgueiras, which seeks to demonstrate how the perspectives for work in Brazil depend on the way labor forces will assume (or not) the corporate narratives about public policies, considering the experiences already lived in the country. Next, the essay by Aercio Barbosa de Oliveira addresses the experience of social mobilization with residents of Morro da Providência, in view of the execution of the urbanization project called “Porto Maravilha” by Rio de Janeiro’s City Hall. The author uses this project as an allegory to problematize the absence of analyses and proposals for Brazil that take into account its sociocultural and socioeconomic traits, highlighting the importance of classics of Brazilian social thought.

Focusing on the appropriation of the internet by social movements, Solange Engelmann’s article analyzes the representations put into circulation in the public space, through the Landless Workers Movement (MST) website on “Landless Solidarity”, which involved the donation and production of food during the COVID-19 pandemic in 2020, giving new meanings to the importance of agrarian reform and the MST in Brazil and their role in fighting hunger. In this vein, José Amaldo Gama da Silva discusses, in his article, the creation and development of the National Movement of the Homeless Population (MNPR) in Brazil, in 2005, debating the possibilities of organizing sectors of the working class living on the streets.

The article by José Alberto Simonetti and Lourival Ferreira de Carvalho Neto analyzes access to justice, civil and human rights, and democracy, based on the work of law and the Order of Attorneys of Brazil (OAB) which, over 92 years of existence, has acted in key moments in Brazilian history, especially for the right of defense. Closing the Thematic Dossier, the article by Cristina Bettio Bragagnolo and Giovane Antonio Scherer points out the negative repercussions of neoliberalism for youth in the country and their life trajectories, considering the dimensions of class and race, making it urgent to elaborate proposals and targeted public policies capable of responding to youth demands and building the future of Brazil.

Opening the Free Theme Section, the article by Manuel W. Mallardi, Emiliano Fernández, and Florencia Bailes addresses the trajectory of national social assistance policy in recent Argentina, particularly during the period of 2009-2019, encompassing the terms of Cristina Fernández de Kirchner and Mauricio Macri. Then, based on field work carried out through direct observation of the work of professionals who intervene in street life, and contacts with homeless individuals, João Aldeia’s article problematizes the objective of empowering these individuals in Portugal, emphasizing that its scope will not be based on practices that inunction the activity supervised by professionals.

Finally, the article by Maria Helena de Jesus Bernardo critically analyzes the structure of the geriatric/gerontological field, examining the concepts of active aging and functionality, demarcating, in particular, the alignment of such terms with the movements of prevention and health promotion.

This edition also features two inspiring interviews. The first was granted to Ana Inês Simões Cardoso de Melo and Monica de Jesus Cesar by former Chancellor Celso Amorim, who generously shared his experience and knowledge of international relations. The former Chancellor emphasized that changes in Brazil's current position in these relations would depend on the outcome of the 2022 presidential elections – as two diametrically opposed projects were in dispute. And, in the midst of the electoral campaign, Celso Amorim graced us with his optimism regarding the reconquest of the leading role in Brazilian foreign policy from 2023 onwards.

The second interview, given to Ana Paula Procópio and Ney Luiz Teixeira de Almeida by Professor Bia Abramides of the Pontifical Catholic University of São Paulo (PUC-SP), provides readers interested in the history of the country and social work with a rich testimony of a life in militancy and the academy, which vigorously explores the weaknesses and achievements of our still recent and flagrantly threatened democracy.

Issue 51 also features two reviews of works of theoretical-analytical relevance and consistency. The first review was prepared by Guilherme Moraes da Costa and deals with the work entitled *In the eye of the hurricane: dilemmas and contradictions of social policies in PT governments (2003 to 2016)*, by Renata Cardoso, which summarizes her intellectual effort to understand the determinations of the blow dealt to Dilma Rousseff's government. The second review, prepared by Mariana Beltrão, presents the work entitled *La reconceptualización del trabajo social en Colombia: análisis Histórico-Crítico de las 1960s-1970s*, by Sergio Quintero Londoño, which analyzes the capitalist crisis of the 1960s and 1970s, contextualizing "la reconceptualización" and, by exposing four experiences of Colombian social work schools (Bogotá, Cali, Manizales, and Medellín), recovers the memories of some of its protagonists.

Making this issue even more inspiring, Em Pauta, with the sensitive collaboration of Professors Marilda Villela Iamamoto and Rosangela Nair de Carvalho Barbosa, pays a beautiful tribute to Maria Carmelita Yazbek. The tribute praises her brilliant academic and professional career and her precious contributions to Brazilian social work, which made her an intellectual exponent and a national and international reference in the debate on the foundations of social work and social policies.

Finally, we present the photographic exhibition by Fotoguerrilha *Colective*, which is part of the independent media movement, in face of what is hegemonically broadcast, in order to increase the visibility of various collectives in the field of alternative communication. Selected images from different popular demonstrations highlight the use of photography as a form of counter-information and independent communication in struggles for rights.

We hope that this issue of Em Pauta will contribute to strengthening popular demonstrations and alerting to the need of sustaining in permanent state struggles and multiple forms of resistance in Brazil and in the world. And, so we can overcome the pandemic of capital with its autocratic, anti-democratic expressions and its predatory and destructive effects on populations and the planet, it is also essential to formulate and build alternative projects for Brazil, now and in the future.

References

WORLD BANK. *Brazil Poverty and Equity Assessment – Looking ahead of two crises*. Washington, 2022. Available at <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/37657/P1746910e33a8407d0b0850b8f0f5bcf18c.pdf?sequence=1&isAllowed=y> (Accessed 12 January 2023).

FILGUEIRAS, V. A.; R. Antunes. Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. *Revista Contracampo*, v. 39, p. 27, 2020.

INSTITUTO PÓLIS. Racismo ambiental e justiça socioambiental nas cidades. In: _____. *Estudos e pesquisas*. São Paulo: Instituto Pólis, 2022. Available at <https://polis.org.br/estudos/racismo-ambiental/> (Accessed 3 January 2023).

IPCC. *Climate Change 2022: Impacts, adaptation and vulnerability*. Nairobi, Kenya, 2022. Available at <https://www.ipcc.ch/report/sixth-assessment-report-working-group-ii/> (Accessed 3 January 2023).

MARQUES, R. M. et al. *Pandemias, crises e capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

OXFAM BRAZIL. *II Inquérito de Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 (II VIGISAN)*. São Paulo, 2022. Available at <https://olheparaafome.com.br/> (Accessed 3 January 2023).

OXFAM. *Inequality Kills*. United Kingdom: Oxfam, 2022 [N. Ahmed; A. Marriott, N. Dabi; M. Lowthers; M. Lawson; L. Mugehera]. Available at <https://www.oxfam.org/en/research/inequality-kills> (Accessed 12 January 2023).

PT. *Íntegra do discurso lido pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Congresso Nacional*. Brasília, 2023. Available at <https://pt.org.br/veja-o-discurso-de-posse-do-presidente-lula-no-congresso-nacional/> (Accessed 3 January 2023).